

Três perguntas em início de século

1. Que prática ou modelo de avaliação existe actualmente nas escolas portuguesas? O que está a ser feito nesse domínio?
2. Esse modelo é ou não posto em causa com a publicação do 'ranking' de escolas?
3. Quais as implicações que poderão advir da publicação do 'ranking' para professores e alunos?

1. Há 4 modelos que estão previstos para avaliação do processo de ensino-aprendizagem do alunos - diagnóstica, informativa, formativa e sumativa. A construção do Projecto Educativo da Escola ou Agrupamento de Escolas (que se pressupõe estar constituído), que inclui também as diversas actividades previstas em cada ano, obriga as escolas a analisar globalmente a sua actividade e as opções tomadas. Para além da Avaliação Integrada realizada pela Inspeção Geral de Educação, há algumas escolas que aceitaram, voluntariamente, integrar um Projecto de Avaliação Externa, coordenado por uma Fundação, com o objectivo de, através da aplicação de diversos módulos e, durante três anos, poderem acompanhar, compreender e melhorar o seu funcionamento, quer no domínio psicopedagógico e didáctico, quer no domínio das relações dos Pais com a Escola, como da Escola com a comunidade envolvente.

2. A ideia de seriar as escolas, vai impor de forma inconsciente, um modelo em que a melhor é a que tem capacidade de colocar alunos nas faculdade e, sobretudo, nos cursos socialmente mais relevantes como os da área de saúde e arquitectura. A matriz das escolas incidirá mais na instrução e menos na educação, mais nas competências escolares e, menos nas de formação integral dos indivíduos. De uma escola inclusiva, onde é solicitado que assuma papéis de intervenção social muito diversificada, passar-se-á, subliminarmente para uma escola exclusiva, marginalizando do sistema aqueles alunos que "deterioram" a sua imagem.

3. Vai induzir todos os intervenientes - pais, alunos, políticos, sociedade em geral e, igualmente, funcionários e professores, a preocupar-se essencialmente com a imagem exterior da Escola, ocultando (imagine-se como...) aquilo que a possa denegrir. Desvalorizar-se-á a formação tecnológica e profissionalizante, de nível médio, em suma, manter-se-á a excessiva "licealização" do sistema de ensino em Portugal. Colateralmente, receio que o problema real da indisciplina e violência nas escolas passe a ser vista como consequência da falta de "exigência escolar", e que a criação de novas regras disciplinares passe a ser entendida como a solução do problema. É caso para dizer: "A ver vamos..."

Fernando Santos
Professor do Ensino Secundário

1. Não disponho de informação suficiente para poder dar uma resposta fundamentada. Posso, no entanto, emitir a minha opinião. Julgo que em muitas escolas EB2,3 e Secundárias a avaliação interna começa a ser sentida como uma necessidade e em algumas é já uma prática. Escolas que estiveram envolvidas no projecto PEPT ou foram abrangidas pelo programa Avaliação Integrada das Escolas promovido pela Inspeção Geral de Educação, e já extinto pelo actual governo, ficaram mais sensibilizadas e passaram a dispor de instrumentos que permitem uma avaliação sistemática de carácter eminentemente qualitativo.

A institucionalização do Decreto-lei 115-A/9, ao prever a criação da Assembleia, órgão responsável pela definição das grandes linhas de orientação das escolas, prevendo que os Projectos Educativos, Regulamentos Internos e Planos Anuais de

Actividades sejam por ela aprovados e que as diferentes instâncias de coordenação intermédia lhe sujeitem para apreciação os seus relatórios também terá contribuído para o desabrochar de uma cultura de avaliação em algumas escolas.

À Assembleia está, ainda, conferida a competência de proceder à avaliação das escolas. A publicitação de *rankings* elaborados de forma pouco rigorosa e tendo apenas em consideração os resultados obtidos nos exames de 12º ano alertou

para a necessidade de proceder a uma avaliação mais séria, que tenha em conta as diferentes variáveis internas e externas, por parte de muitas escolas secundárias que não aceitam a forma leviana como o seu trabalho foi considerado.

2. Como decorre da minha resposta anterior, julgo que os *rankings* acabaram por, em alguns casos, ter um efeito indirecto positivo ao suscitarem a necessidade de as escolas secundárias procederem a uma avaliação sistemática, contemplando um conjunto de variáveis mais abrangente, da sua actividade. Dão-se os primeiros passos, tenta-se definir processos e instrumentos, mas os efeitos desta preocupação com a avaliação só a médio prazo se farão sentir e poderão ser analisados.

3. Quando, em 2001, o jornal *Público* publicou o seu *ranking*, a Assembleia da minha escola, a que presido, divulgou uma tomada de posição da qual destaco um excerto: “A Assembleia da Escola Secundária da Maia compromete-se a promover processos de avaliação interna que tenham em conta a grande diversidade de factores que contribuem para a qualidade dos processos educativos e apela a todos os Departamentos e estruturas da escola a que também o façam no âmbito das suas competências e espera por parte do Ministério da Educação e dos órgãos de comunicação social uma maior seriedade e rigor no tratamento e utilização dos dados que se reportam ao trabalho desenvolvido pelas escolas.

O trabalho das escolas portuguesas merece mais respeito e rigor por parte daqueles que as pretendem classificar.” O *ranking* encomendado pelo Ministério da Educação divulgado em 2002 não teve em consideração a recomendação que então

fizemos, mas a avaliação interna a que temos procedido é ainda muito incipiente. Se, no âmbito da escola, formos capazes de pôr em prática processos de avaliação mais consistentes e de dar conta dos seus resultados à comunidade educativa e à administração, então a publicitação de *rankings* acaba por ter, neste caso, um efeito indirecto positivo.

Se nesta como noutras escolas apenas se cuidar de melhorar as médias dos seus alunos, recorrendo para isso a uma mais forte selectividade dos que são propostos a exame, ou se se limitarem a justificar os resultados obtidos sem avaliar conscienciosamente o seu trabalho, então a publicação de *rankings* terá contribuído para um retrocesso na educação em Portugal, que se pretende cada vez mais integradora e qualificante. As escolas, os professores e os alunos não podem aceitar as

regras do jogo que de fora lhes querem impor e devem – fazem-no já, em muitos casos – prestar contas à comunidade do trabalho que realizam, tendo em consideração as várias condicionantes que o influenciam.

Paulo Melo

Professor da Escola Secundária da Maia